

ARTIGO - 3. O PATRIMÔNIO E NOVAS TECNOLOGIAS : O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO / INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NA PESQUISA E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO / DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS NA APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA CONSERVAÇÃO / O PATRIMÔNIO DIGITAL E SUA CONSERVAÇÃO

INCLUSÃO DIGITAL E O DISCURSO AUTORIZADO DE PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DO GERADOR DE BANNER NA MOSTRA VIVÊNCIAS DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nina Monticelli (contato@ninaarquitetura.com.br)

O artigo Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio, de Laurajane Smith - elaborado como aula inaugural para o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, em 2021 - destaca-se em dois aspectos centrais: a definição de patrimônio como essencialmente intangível e a crítica ao processo de elitização do conhecimento, no qual apenas especialistas detêm o poder de definir o que é ou não patrimônio.

No contexto brasileiro, Smith (2021) convida à reflexão sobre o que é legitimado ou excluído do patrimônio nacional. A preservação do patrimônio material teve início no Brasil com o Decreto-Lei nº 25/1937, que instituiu as primeiras políticas de proteção por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Posteriormente, consolidou-se uma política mais democrática, abrangendo bens tangíveis e intangíveis, com a Lei nº

3.551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse processo compreende quatro categorias – Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares – e prevê que o Inventário identifique o interesse e a viabilidade de preservação (OLIVEIRA, 2021).

Nesse contexto foi desenvolvido o Gerador de Banner on-line, ferramenta concebida especificamente para a Mostra Vivências de Inventário do Patrimônio Cultural, realizada em paralelo ao II Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural. A ferramenta permite que grupos diversos elaborem, diretamente no navegador, pôsteres prontos para impressão, sem a necessidade de conhecimento em design gráfico ou utilização de apps, democratizando a documentação e a difusão de bens culturais e aproximando o conceito de patrimônio digital das comunidades.

Entretanto, dois fatores limitaram os resultados almejados. Em primeiro lugar, a disponibilização tardia do gerador reduziu seu alcance, uma vez que a decisão institucional adiou sua divulgação. Em segundo lugar, a presença física obrigatória reiterou barreiras já conhecidas: deslocamentos, custos financeiros e a complexidade da logística evidenciaram práticas centralizadoras, em contraste com a proposta de participação inclusiva e coletiva. Para Smith (2021), questionar o Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2006) implica reconhecer que cabe aos especialistas assumir um papel político e propor agendas de transformação, considerando que esse discurso, ao mesmo tempo em que viabiliza, também impõe limites às suas próprias práticas.

A experiência demonstra que novas tecnologias aplicadas ao patrimônio demandam não apenas inovação técnica, mas também planejamento participativo, prazos adequados e reflexão ética sobre as relações de poder. Ferramentas digitais concebidas em diálogo com as comunidades podem atuar como instrumentos de redistribuição de autoridade, deslocando a definição de patrimônio de um campo exclusivamente técnico para um espaço de colaboração horizontal e justiça social, contribuindo para a documentação e a conservação do patrimônio em ambiente digital.

Palavras-chave: patrimônio digital; inclusão digital; inventário participativo; laurajane smith; tecnologias de documentação do patrimônio.

